

Melhores momentos de 2007...



Representantes da Condsef, CUT-MT e o deputado Valtenir Pereira durante o encontro dos servidores



Aprovação da prestação de contas da nova diretoria

Dirigentes do Sindsep-MT participaram do Congresso Ordinário da Condsef em Belo Horizonte (MG), no início de dezembro



Nova diretoria durante do 7º Congresso do Sindsep-MT



Reunião da nova diretoria com os servidores



Sindsep-MT levou a luta dos anistiados e demitidos do Governo Collor para as ruas no dia sete de setembro durante o "Grito dos Excluídos"



2008 chega para fortalecer a nova gestão do Sindsep-MT

O ano de 2007 termina com um saldo positivo, apesar dos conflitos judiciais e da luta para manter a entidade em ordem. O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Carlos Alberto de Almeida, vê boas novas para o ano que se inicia, mas busca a adesão de mais filiados para fortalecer os pleitos da categoria junto ao governo federal. Nesse sentido, ele acredita que às negociações junto ao governo Lula terão que ser mais arduas.

A nova diretoria do Sindsep-MT tomou posse através de uma decisão judicial no dia 24/05/2007. Nesses sete meses de administração realizou a re-

forma da sede e custeou a ida de vários servidores filiados para Brasília e Belo Horizonte, para participarem de reuniões pertinentes à categoria. O presidente também visitou a maioria dos 141 municípios de Mato Grosso para convocar os servidores federais para atuarem do sindicato, bem como ouvir as necessidades particulares de cada órgão e localidade.

Contudo, o momento mais marcante em 2007 foi a concretização do 7º Congresso e a 10ª Plenária, no início do mês de novembro, quando participaram delegados previamente eleitos em seus locais de trabalho. Na ocasião, ficou confirmada a nova identidade do sindicato, defendida pelos dirigentes

durante o evento, que consolidou um modelo de transparência, participação, ao disponibilizar a prestação de contas do Sindsep-MT.

Na obra de reestruturação da sede do sindicato, adquiriu-se cinco computadores, uma televisão 29", além da adequação da parte física, entre outras ações. Apesar de otimista, Carlos apontou que a dívida deixada pela gestão anterior se aproxima de R\$ 600 mil, mas esse valor tem sido negociado judicialmente para amenizar o problema. Até o momento, as dívidas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estão parceladas, dois funcionários que estavam sem re-

ceber foram quitados no valor de R\$ 15 mil.

Entre os destemperos da diretoria anterior, o presidente citou irregularidades que envolviam compras de perfumes, 24 cheques sem fundo da Caixa Econômica Federal (no total de R\$ 48 mil) e a falta de compromisso com os profissionais da entidade.

A nova diretoria está lutando na Justiça para que haja reparo aos danos, o que também envolve as fraudes detectadas no processo de eleição. Carlos ainda questiona a ausência de documentação e o que foi feito com R\$ 1,2 milhão, valor arrecadado entre janeiro de 2003 e maio de 2007, período que a diretoria antecessora esteve à frente.

Senado aprova novos projetos que limitam gastos com pessoal

Servidores continuam insatisfeitos com as propostas para a próxima década

Numa tentativa de amenizar o impasse com os servidores públicos federais, o PLS 611/07 foi aprovado no Senado, no início do mês de dezembro, como uma nova versão do PLP 01/07 e ainda matem o congelamento das despesas com pessoal. Apesar de apresentar um percentual superior ao PLP 01/07, o texto não agradou a categoria.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, na terça-feira (4) o PLP 611/07 e outro projeto de lei que também limita os gastos públicos. O primeiro (PLS 611/07), estabelece que o aumento das despesas com pessoal entre 2007 e 2016 ficará limitada ao reajuste com base na inflação do período acrescido de 2,5% do aumento real da folha de pagamento. Caso o Produto Interno Bruto (PIB) do período a ser considerado seja inferior a 2,5%, ficará valendo o aumento do PIB.

Tal propositura está na linha do PLP 01/07, do Executivo, que limita despesas com pessoal a 1,5% até 2016, contido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo em 22 de janeiro deste ano. O outro projeto aprovado na CAE tem como refe-



Faixas expostas no congresso da Condsef, no início de dezembro, que reuniu servidores de todo o Brasil

rência uma mensagem enviada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000. O texto pedia a limitação global para os montantes da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito

Federal e dos municípios. De acordo com a mensagem aprovada na comissão, a dívida da União só poderá chegar a três vezes e meia a receita corrente do Governo. Trata-se de um texto do Senado Fed-

eral 154, de 2000, que foi transformado em projeto de resolução da Casa.

As proposições não agradaram as entidades que lutam pelos direitos dos trabalhadores e, com

isso, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) verticaliza a manifestação de repúdio junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) à decisão da CAE, que impõe um limitador dos investimentos com a folha de pagamentos do funcionário.

O Sindsep-MT e a CUT entendem que uma década de "congelamento" dos reajustes acarretará em risco às melhorias no atendimento à população, tais quais as previstas no PAC da Saúde, no Plano de Desenvolvimento da Educação e no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. E ainda consolidará o distanciamento entre servidores e governo, seguindo num entrave para o Estado se organizar para construir as possibilidades de um crescimento econômico sustentável ao longo prazo, inviabilizando a realização de concursos públicos e novas contratações.

A aprovação desse PLS também desqualificaria todo um processo de negociação que vinha acontecendo entre entidades dos servidores públicos, o Executivo e a Câmara dos Deputados, com vistas à superação dos equívocos propostos pelo PLP-01/2007.

Veja a seguir como andam as negociações sobre os reajustes de algumas Pastas do serviço federal

Cultura, DNIT, INCRA, DPRF: Não foram concluídas havendo divergências na Tabela Remuneratória.

INCRA E CULTURA - Foram apresentadas propostas de Termo de Compromisso.

FAZENDA - Houve mudanças pelo Planejamento na proposta do grupo de trabalho no vencimento básico. Em 2008, as entidades trabalhistas continuarão insistindo junto

ao Planejamento pela manutenção do vencimento básico e dilatação do prazo para redistribuição.

DNIT - Há impasse no tocante a quantidade de Tabelas e nos valores remuneratórios.

SAÚDE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA - O governo ficou de apresentar uma proposta de Tabela Remuneratória nas próximas reuniões.

FUNAI - O Governo ficou de rediscutir a Tabela Remuneratória.

PGPE - Em reunião com o Governo, para trabalhar mais uma etapa no processo de negociação.

AGU, DFMM, DNOCS e Arquivo Nacional - O Governo definirá Agendas de Reuniões para estes setores. Sobre a convenção 151 da OIT encontra-se na Casa Civil. O Governo esta sinalizando concluir as discussões o mais breve possível e encaminhar um pacote de medidas para o Congresso.

Agricultura - A Condsef apresentou ao Ministério da Agricultura uma proposta para os servidores administrativos pertencentes ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE). A entidade levou documento com exposição de motivos que foi protocolado na secretaria-executiva do ministério. A intenção é dar agilidade às negociações que caminham para a criação de uma gratificação

específica para o setor, como antecipação de um plano de carreira. Foi levantada a necessidade de se criar um projeto que busque a equiparação salarial na Agricultura. Os servidores querem tratamento isonômico que possibilite o equilíbrio profissional entre as categorias que integram as atividades para o desenvolvimento agrário. Cerca de 5.200 ativos compõem o quadro do PGPE na Agricultura.

Conheça, em resumo, os valores apresentados para compor a proposta para os administrativos da Agricultura. O salário seria composto por um Vencimento Básico e uma gratificação específica (GDATAA)

VENCIMENTO BÁSICO	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL INTERMEDIÁRIO	NÍVEL AUXILIAR
FINAL	4.812,73	3.193,90	2.482,49
INICIAL	3.010,50	1.997,87	1.552,87

Valores da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Agropecuária (GDATAA)

GDATAA	SUPERIOR	INTERMEDIÁRIO	AUXILIAR
FINAL	1.993,00	1.650,00	625,00
INICIAL	1.822,00	1.425,00	582,00

TABELAS DAS PROPOSTAS SALARIAIS DA SAÚDE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA

	REMUNERAÇÃO ATUAL		REMUNERAÇÃO PROPOSTA PELO GOVERNO - JUL/2008	
	INICIAL	FINAL	INICIAL	FINAL
NS	R\$ 1.917,17	R\$ 2.960,61	R\$ 2.420,92	R\$ 3.779,00
NI	R\$ 1.435,07	R\$ 1.641,80	R\$ 1.673,65	R\$ 2.299,41
NA	R\$ 1.369,67	R\$ 1.369,67	R\$ 1.393,48	R\$ 1.680,78

	REMUNERAÇÃO PROPOSTA PELO GOVERNO SET/2009		REMUNERAÇÃO PROPOSTA PELO GOVERNO - NOV/2010	
	INICIAL	FINAL	INICIAL	FINAL
NS	R\$ 2.609,92	R\$ 4.356,00	R\$ 2.715,92	R\$ 5.129,00
NI	R\$ 1.737,65	R\$ 2.404,41	R\$ 1.820,65	R\$ 2.533,41
NA	R\$ 1.478,48	R\$ 1.770,78	R\$ 1.562,48	R\$ 1.868,78

ALTERAÇÕES FINANCEIRAS COM A INCORPORAÇÃO DOS 47,11%		
EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2008 (28,90%) - FINAL DE TABELA		JULHO/2008 2ª Etapa
NS	R\$ 441,88 - OBS.: A.I ao A. III 0%	R\$ 376,51
NI	R\$ 302,53 - OBS.: A.I ao C. I 0%	R\$ 355,08
NA	R\$ 0,00% - OBS.: A.I ao Especial III	R\$ 311,11

OBS.: A TABELA ABAIXO PARA O MÊS DE JULHO/2008 SIGNIFICA O SOMATÓRIO DA INCORPORAÇÃO DAS PARCELAS RESTANTES DOS 47,11% EM FEVEREIRO/2008 + A INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES COM A CRIAÇÃO DE UMA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO EM JULHO/2008, SENDO TODOS ESSES EXEMPLOS PARA OS CARGOS EM FINAL DE TABELA DE TODOS OS NÍVEIS

ALTERAÇÕES FINANCEIRAS NOS ANOS DE 2008 A 2010					
	JUL/GANHO REAL - 2008	SET/GANHO REAL - 2009	NOV/GANHO REAL - 2010	RESUMO/GANHO REAL - 2010	
NS	R\$ 818,39	R\$ 577,00	R\$ 773,00	R\$ 5.129,00	73,3%
NI	R\$ 657,61	R\$ 105,00	R\$ 129,00	R\$ 2.533,41	54,3%
NA	R\$ 311,11	R\$ 90,00	R\$ 98,00	R\$ 1.868,78	36,4%

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Thais Raeli - DRT 26 645/RJ

Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@gmail.com

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA (PRESIDENTE), ROOSEVEL MOTA (VICE - PRESIDENTE), DAMASIO DE SOUZA PEREIRA (1º SECRETÁRIO), LUIZ MAURO EVANGELISTA (2º SECRETÁRIO), EDSON LUIZ DOS SANTOS (1º TESOUREIRO), IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO (2º TESOUREIRO), ADERBAL CASTRO QUEIROZ (1º SEC. ADM), ADELINO FERREIRA CAMPOS (2º SEC. ADM), MAURÍCIO ALVES RATTACASO JÚNIOR (1º SEC. FORM. SIND), IRACY OLIVEIRA FERREIRA (2º SEC. FORM. SIND), JAMIL OURIVES JÚNIOR (1º SEC. JURÍDICO), AMÉLIA ALVES SANTANA (2º SEC. JURÍDICO), IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA (1º SEC. INTERIOR), ADELIO DA SILVA JÚNIOR (2º SEC. INTERIOR), MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES (1º SEC. IMPRENSA), ELIETE DOMINGOS DA COSTA (2º SEC. IMPRENSA), IZABEL SANTANA DA SILVA (1º SEC. APOS. E PENS), ENILDO GOMES (2º SEC. APOS. E PENS.), EDIVAN DA SILVA CAMPOS (1º SEC. ANIST. E DEMIT.), MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS (2º SEC. ANIST. E DEMIT.), ROSINA DE ALMEIDA PAIVA (1º SEC. CULTURA), PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ (2º SEC. CULTURA); **SUPLENTE PARA DIRETORIA EXECUTIVA:** SEBASTIÃO DE JESUS (1º), SAMUEL FERNANDES DE SOUZA (2º), FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO (3º), MIRTES BENEDITA RONDON (4º), FRED CEBALHO (5º), DONATO FERREIRA DA SILVA (6º); **CONSELHO FISCAL:** VALDEMAR RODRIGUES SILVA (1º), MANOEL JOÃO DA SILVA (2º), JUÁREZ JUSTINO DE BARROS (3º); **SUPLENTE:** JOÃO GALDINO (1º), ARCILIO DE BARROS FILHO (2º), JOSÉ GONZAGA DE FREITAS (3º)

Governo Collor:

Anistiados e demitidos aguardam reintegração para 2008

Sindsep-MT está na luta para que haja justiça com a categoria

Mais de uma década depois a perseguição política da “Era Collor” aos servidores federais, a história caiu no esquecimento da grande população, mas ainda está viva na memória dos anistiados e demitidos, que só agora vêem a possibilidade de reintegrar o funcionalismo público. O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) está nessa luta e espera boas novas para 2008.

O otimismo por parte da categoria consiste em que – finalmente – a Advocacia-Geral da União expediu, dia 29.11, um parecer favorável à reintegração dos servidores públicos demitidos no governo Collor. Contudo, o grupo aguarda a publicação da portaria para efetivar a decisão e, além disso, existem algumas vertentes no texto aprovado que precisam de revisão, conforme alerta o advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), João Batista dos Anjos.

Segundo ele, o documento precisa de uma profunda análise da Lei 8.878/94, item por item. Um exemplo é saber de que forma o parecer garante o retorno do anistiado nos casos em que seu órgão de atuação já tenha sido extinto, se as atribuições da ins-



Representantes do Sindsep-MT foram a Brasília para as mobilizações

tuição foram absorvidas ou transferidas para outra entidade. O advogado também contestou que a re colocação dependerá do orçamento disponível e não haverá o pagamento de salários retroativos, conforme estabelece a própria Lei de Anistia.

Apesar da luta do Sindsep-MT para reintegrar os demitidos no governo Collor e os anistiados pela Lei 8.878/94 estar no caminho para a comemoração da categoria, mas o per-

curso é distante de sua reta final. A AGU divulgou no final de novembro a conclusão do parecer que fornecerá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão orientações para reincorporar a classe que enfrenta divergências de ordem política ou jurídica e é vítima de perseguição política desde a “Era Collor”.

O anúncio foi feito numa entrevista coletiva concedida pelo advogado-geral da União, ministro José

Antônio Dias Toffoli, e pelo consultor-geral da União, Ronaldo Jorge Vieira Júnior, que esclareceram os pontos principais do parecer quase cem páginas.

O documento fixa a interpretação da Lei de Anistia para permitir que a Comissão Especial Interministerial (CEI) tenha segurança e embasamento jurídico para analisar, caso a caso, o ingresso dos servidores. A CEI é responsável pela análise dos processos dos funcionários demitidos entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992.

Na ocasião, Toffoli destacou que somente no governo Lula os representantes dos anistiados conquistaram duas vagas na CEI e que durante esses anos eles sofreram dupla injustiça, apesar da Lei de Anistia ter sido criada para reparar esta iniquidade.

O ministro informou que o parecer uniformiza todos os entendimentos jurídicos já emitidos, seja pelas Consultorias Jurídicas dos Ministérios, pela AGU ou pelo Poder Judiciário. Conforme Toffoli, para evitar novas consultas à AGU e divergências jurídicas, ficou determinado que quando houver alguma dúvida sobre o caso concreto a Lei de Anistia deve ser interpretada favoravelmente ao pedido.

O advogado-geral enfatizou ainda que o documento determina que cabe à Comissão Especial Interministerial decidir se houve, ou não, motivação política na demissão do servidor. O consultor-geral da União, Ronaldo Vieira, destacou que este é o último compromisso da AGU em relação à questão da anistia e ainda revelou que o parecer é dividido em três partes.

A primeira faz uma contextualização histórica do caso e explica que na época o ex-presidente Collor tinha direito de promover mudanças na administração pública federal. Muitas demissões foram legítimas, mas o parecer diz que o governo se valeu de motivação política para demitir servidores.

O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, lembrou que a luta do grupo foi juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) pela reintegração e o sindicato continuará na defesa dos direitos daqueles que foram injustamente afastados de seus postos de trabalho.

Fonte (s): CUT, CONDSEF, SINDSEP (RO/DF), blog Anistiados e Demitidos

Funcionários federais de todo o Brasil se mobilizam para discutir o PGPE

Os servidores federais que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) estão se mobilizando para analisar a proposta salarial anunciada pelo governo. Hoje, a remuneração é composta por um Vencimento Básico (inferior ao salário mínimo, para a maioria), Vantagem Individual de R\$ 59,87, GAE (160% do VB) e a GDPGTAS (80 pontos fixos para os ativos e 30 para os aposentados).

O governo pretende elevar o VB, incorporando as gratificações, o que é uma reivindicação antiga. Mas, ao mesmo tempo, quer impor a criação de uma “gratificação de desempenho”, variável, o que é um grave problema.



O risco das “gratificações de desempenho”

As GDs são um salário meramente potencial porque nem todos receberão 100%, só os bem avaliados pelos chefes. Elas estão sendo usadas pelo governo Lula para quebrar a paridade ativo-aposentado,

cristalizando a contra-reforma administrativa (EC 19/98, de FHC-Bresser Pereira). O governo vive dizendo que a “avaliação” é só para “aperfeiçoar os serviços”. Não é bem assim. Além da quebra da paridade, há uma grave

ameaça: o PLP 248/98, que está prestes a ser votado no Congresso, prevê a demissão por suposta insuficiência de desempenho após duas avaliações sucessivas, ou três alternadas, abaixo da média.

Seguridade Social

Trabalhadores vão acompanhar reunião do GT

Em assembleias dias 21 e 22.11, o Sindsep apresentou aos servidores a proposta de tabela salarial que o governo levou à reunião do Grupo de Trabalho da Seguridade Social (MTE, MPS, Ministério da Saúde, Funasa e DRTs), realizada em 14.11.

Embora a incorporação da GAE, VPI, GDASST e GESST no Vencimento Básico represente o atendimento de uma reivindicação, outros itens não são positivos, tais como os baixos valores para os níveis auxiliar e médio, a ausência de adicio-

nal de titularidade e a criação de nova gratificação de desempenho.

Os servidores decidiram que a bancada sindical no GT deve propor a utilização do padrão remuneratório da Carreira do INSS para a Carreira da Seguridade Social.

Inkra

Proposta ainda pode melhorar

Na perspectiva de melhorar a proposta de reestruturação das tabelas remuneratórias das carreiras do Inkra, os representantes dos servidores participaram de várias reuniões no mês de novembro. No dia 21.11, o secretário-executivo do MP, João Bernardo, se comprometeu a enviar esforços para melhorar a proposta do

governo em relação a quesitos que não implicam impactos financeiros além dos já estabelecidos.

Segundo Bernardo, o Planejamento tem pressa para encaminhar ao Palácio do Planalto os instrumentos legais (projetos de lei ou MPs) para implementar os acordos negociados com o funcionalismo público.

No dia 22.11, a reunião foi com o presidente do Inkra, Rolf Hackbart, que informou um esforço conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a melhoria da proposta, inclusive para elevar o impacto financeiro. Os servidores também buscaram o apoio de parlamentares no Congresso Nacional.

MAPA: Servidores querem antecipação de gratificação

Em novembro, os servidores do MAPA apresentaram à direção do Ministério da Agricultura uma proposta para a criação de uma gratificação específica para os servidores que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), como antecipação ao

Plano de Carreira. O salário passaria a ser composto pela Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa Agropecuária (GDATAA) e o Vencimento Básico (tabela). A exposição de motivos foi protocolada na secretaria-executiva do ministério.

Níveis	Vencimento Básico (R\$)		GDATAA (R\$)	
	Inicial	Final	Inicial	Final
Superior	3.010,50	4.812,73	1.822,00	1.993,00
Intermediário	1.997,87	3.193,90	1.425,00	1.650,00
Auxiliar	1.552,87	2.482,49	582,00	625,00

Fonte (s) das páginas 2 e 3: CUT, CONDSEF, SINDSEP (RO/DF), blog Anistiados e Demitidos

“Tudo que chega, chega sempre por alguma razão”

(Fernando Pessoa)

O difícil é saber qual é a razão, e nunca desistir de lutar... A vida não vem com cartas marcadas, por isso, algumas vezes perdemos e outras ganhamos. Assim tem sido a luta do Sindsep-MT pelas bandeiras dos filiados. O importante é ter fé, força para começar novas etapas e desafios, e a certeza da união para solidificar as buscas em comum.

Que a chegada do próximo ano traga o desejo de renascer, a vontade de lutar, a consciência do exercício da cidadania e o anseio por justiça. Nesse Natal, o Sindsep-MT deseja que todos tenham um momento de reflexão, para que juntos possamos cobrar os direitos, denunciar as mazelas administrativas e a falta de políticas públicas para melhor atender as necessidades da população.

Só assim, Papai Noel poderá visitar não só a casa do rico, mas também a casa do mais humilde servidor público, levando alegria para todos de forma igual e justa!

Feliz Natal e um Ano Novo cheio de esperanças de um mundo melhor!



Fim da CPMF pode ameaçar reajustes salariais

Servidores federais temem que negociações sejam prejudicadas

Aderrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no Senado deixa os trabalhadores do serviço público federal antenados às negociações do Executivo, tendo em vista que o governo usou o reajuste salarial da categoria como uma “cartada” para conseguir os votos favoráveis a extensão do imposto. Contudo, esse e outros malabarismos políticos articulados pela base governista não tiveram sucesso e serviram para engessar diversas negociações que envolvem o futuro da carreira do funcionalismo público ou ainda a paridade para dos proventos dos aposentados.

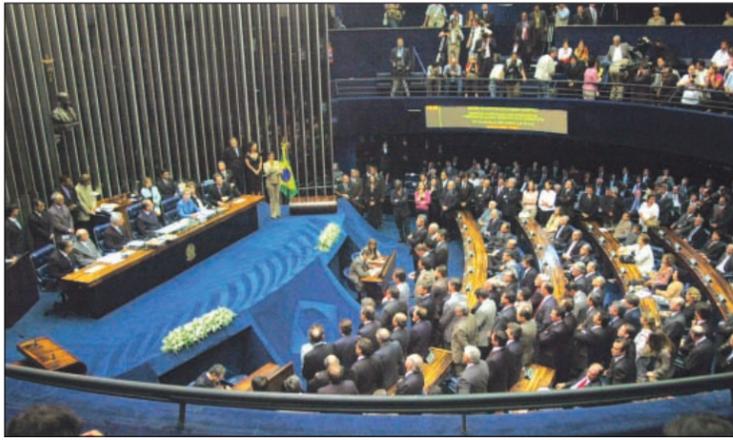
Com isso, o ano de 2008 está na iminência de começar com uma greve geral dos servidores públicos federais, caso o Governo Federal cumpra com a ameaça de atrelar a CPMF aos reajustes salariais dos próximos anos. O alerta vem do presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Carlos Alberto de Almeida, que em nome da categoria rechaça a “chantagem” do Executivo.

A reação de Carlos é uma resposta imediata ao fato da extensão do imposto não ter conseguido os votos mínimos necessários (maioria de três quintos) no Senado, além do fato de que no mês de novembro os funcionários públicos foram pegos de surpresa pela ameaça de suspensão da readequação dos valores caso isso ocorresse. O temor se sustenta no fato que o Executivo ter apostado numa jogada e anunciado a interrupção do envio de projetos ao Congresso Nacional que tratam do aumento salarial da categoria.

O Sindsep, juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) estará atento à cada novo passo do Legislativo e do Executivo para não deixar que os servidores saiam prejudicados nessa história. O presidente deixou claro

que o sindicato repudia essa cartada do Executivo e defende que os trabalhadores de todo o país estejam unidos e prontos para uma paralisação geral em prol da adequação dos valores que estão defasados com o passar dos anos.

A greve geral antevista por Carlos seria uma resposta à medida que coloca em risco o reajuste de cerca de 1,3 milhão de servidores civis e 609 mil militares. A idéia da equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é que os recursos previstos para a recomposição salarial em 2008, ao menos R\$ 8 bilhões, possam ser remanejados. “No começo, a CPMF era uma arrecadação provisória destina-



Nova proposta da CPMF pode surgir em 2008



Servidores em Brasília na luta pelos seus direitos

da à Saúde e isso foi se diluindo ao longo dos anos. O objetivo da criação do imposto não foi atendido. Os servidores não podem ficar reféns do texto ser ou não aprovado. A luta da categoria vai continuar em 2008, independente do que for decidido. O reajuste não pode estar atrelado a esta condição ou vai resultar numa greve geral dos servidores públicos federais de todo o país”, ponderou o presidente.

O líder sindical questionou as dissonâncias que se ouve por par-

te do governo e o que se vê nos bastidores do Congresso vai de encontro as propostas previamente acordadas, bem como o objetivo final da arrecadação do “imposto do cheque” que seria à Saúde. Uma das referências do dirigente é o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que repetiu em entrevistas que somente os recursos do Bolsa-Família e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão assegurados no orçamento de 2008.

Ou seja, nem mesmo os acordos já assinados com diversas categorias estão garantidos. Pelos cálculos do Ministério da Fazenda, se a CPMF for mantida, a arrecadação deve chegar a R\$ 40 bilhões no próximo ano. Com isso, o congelamento dos salários dos servidores representaria 19,5% do que o governo poderá perder com o montante de um imposto que nasceu para ser provisório.

Para tentar acalmar os servidores, o ministro do Planejamento argumenta que as negociações salariais continuarão. “É uma medida prudencial, porque queremos tratar com sobriedade essa questão. Nós achamos que é possível aprovar a CPMF. Mas para evitar que tenhamos avançado demais caso isso não ocorra, estamos segurando todas essas medidas”, explicou Paulo Bernardo.

No entanto, a determinação do Planalto atinge, - inclusive -, os reajustes que estavam até então fechados com o Planejamento. É o caso dos servidores da Polícia Federal, do Banco Central, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Educação, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Ministério da Cultura. Para o próximo ano, de acordo com números do Planejamento, o governo pretendia gastar com estes aumentos R\$ 1,4 bilhão.

Governo é derrotado na prorrogação do “Imposto do Cheque”

Depois de sete horas de discussão, o Senado rejeitou, por 45 votos a favor e 34 contra, a prorrogação da cobrança da CPMF até 2011. Apesar das inúmeras tentativas de cooptar votos favoráveis por parte do Palácio do Planalto, o governo não conseguiu conquistar os 49 (maioria de três quintos) dos 80 votos que precisava para estender o conhecido “Imposto do Cheque”. Isso ocorreu, mesmo após apresentar, nos momentos finais da discussão, a tentativa de “cheque-mate” que foram as propostas encaminhadas à Casa pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Os textos assinados pelos ministros Guido Mantega (Fazenda), José Múcio (Relações Institucionais) e pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), previam o repasse integral da arrecadação da CPMF para a área de saúde, além da sugestão de que o tributo vigorasse por apenas mais um ano. A solução apresentada seria um paliativo e uma forma de postergar a discussão. A votação, que começou às 17h50 de quarta-feira (12/12) e teve seu fim na madrugada da quinta-feira (13/12), foi comandada por Garibaldi



Alves Filho (PMDB-RN), o novo presidente do Senado eleito no dia anterior.

Romero Jucá pediu a palavra e anunciou que trazia duas cartas endereçadas ao presidente do Senado. A carta dos ministros (um comunicado conjunto em termos genéricos) foi usada para embasar dois caminhos de negociação apresentados por Jucá: um deles seria o aumento dos gastos com a saúde em R\$ 29 bilhões, e não mais R\$ 24 bilhões, conforme sugestão do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

Com esse resultado desfavorável ao governo, a cobrança da

taxa de 0,38% sobre a maioria das transações bancárias deixa de ser feita a partir do dia 1º de janeiro próximo. O Executivo poderá tentar recriar a contribuição, de modo a contar com uma receita de cerca de R\$ 40 bilhões anuais. Mas, para isso, precisará enviar ao Congresso uma nova proposta de emenda à Constituição, cuja tra-

mitação começará novamente da Câmara dos Deputados.

O outro caminho seria o aumento gradual da parcela da CPMF com a saúde até atingir, em quatro anos, o total da arrecadação, calculado em R\$ 36 bilhões. Nessa hipótese, a CPMF seria prorrogada por quatro anos. A idéia de Jucá era interromper os encaminhamentos para a retomada das negociações no dia seguinte. O DEM e o PSDB, entretanto, recusaram esse entendimento, mantendo posição favorável à votação ainda na noite de quarta.

(Com Agência Senado)

Com ou sem CPMF a briga é pelo reajuste dos salários

O governo aproveitou uma reunião que teve com a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para avisar que vai rever a disponibilidade orçamentária para implantar todas as tabelas salariais apresentadas até aqui.

O recado veio logo depois que o Senado votou e decidiu não prorrogar a CPMF até 2011. Mas a Condsef e o Sindsep-MT avisam que continuarão cobrando o cumprimento dos acordos e compromissos firmados com a categoria, já que o dinheiro proveniente da CPMF nada tem a ver com o orçamento da União, de onde são tirados recursos para reajustes dos servidores federais, entre outros investimentos.

As entidades continuarão trabalhando para garantir os reajustes para sua base que foram negociados durante todo o ano de 2007.

ARTIGO

A QUEM INTERESSA A EXTINÇÃO DA FUNASA? (CARTA ABERTA DA CONDSEF)

Como parte da política de diminuição do Estado, os governos neoliberais adotam como prática a extinção de órgãos públicos onde a corrupção já é endêmica, como se o próprio governo não fizesse parte de todo esse esquema que corrói por dentro as instituições brasileiras. A bola da vez é a FUNASA.

Não é nenhum segredo o desvio de dinheiro público, por políticos agraciados com cargos de confiança, neste e em governos anteriores. Na FUNASA não é diferente. Membros do governo Lula e seus aliados, como a Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff e o governador do Amazonas Eduardo Campos, atacam e fomentam através da imprensa a idéia de se extinguir a Fundação Nacional de Saúde. As matérias veiculadas colocam em um mesmo saco de gatos os trabalhadores do órgão e os verdadeiros responsáveis pelos desvios de recursos, que são os apadrinhados do PMDB, que o governo Lula coloca na instituição para retribuir o apoio desse partido aos seus projetos políticos.

Sabemos que existem outros interesses que podem levar à extinção da FUNASA. Há muito tempo, o Ministério das Cidades está de olho nos recursos do saneamento, que tem servido para eleger muitos prefeitos pelo Brasil afora, pois são liberados sempre às vésperas de ano eleitoral, para prefeitos aliados do governo de plantão. Tanto as prefeituras como os Estados, têm questionado o pagamento da Indenização de Campo para servidores da FUNASA, argumentando que esse dinheiro poderia servir para a contratação de mais servidores municipais, com salários miseráveis.

Mas não podemos deixar passar despercebida a realização neste mês de novembro, da Conferência Nacional de Saúde. Sabemos que o governo quase nunca cumpre as resoluções de conferências e de conselhos. No entanto, quando é do seu interesse, as cumpre. Em reunião do Conselho Nacional de Saúde, a proposta de Fundação Estatal de Direito Privado foi derrotada, mas nem por isso o governo Lula retirou seu projeto do Congresso Nacional. Nas últimas Conferências Nacionais de Saúde, a extinção da Funasa sempre foi debatida e derrotada. Mas ali estava o PT, dirigente de várias entidades, defendendo a existência da FUNASA. Agora o PT é governo e aplica a política neoliberal do Estado Mínimo. Por isso, não será nenhuma surpresa se essa proposta for apresentada e aprovada nessa Conferência.

Neste sentido, companheiros, não podemos ficar esperando as coisas acontecerem. Temos que nos mobilizar para defender o nosso emprego. Membros da direção nacional da FUNASA têm viajado pelo Brasil para dividir ainda mais nossa categoria, propondo Plano de Carreira diferenciado para servidores centralizados e descentralizados.

Toda a nossa luta pelo PCC da Saúde, para que se faça a lotação dos servidores cedidos e que se transforme a indenização de campo em gratificação de endemias e saneamento não tem recebido uma resposta positiva por parte do governo Lula.

Portanto, o caminho que temos a seguir é o caminho da luta e do enfrentamento. VAMOS MANTER OS NOSSOS DIREITOS E NOSSO EMPREGO! NÃO ÀS FUNDAÇÕES ESTATAIS! NÃO ÀS ONG'S NO SERVIÇO PÚBLICO! NÃO À EXTINÇÃO DA FUNASA!

DIREÇÃO DA CONDSEF